**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DÉCIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº 0002799-95.2002.8.19.0210
Apelante: **Auto Viação Três Amigos S/A**
Apelada: **Maria da Conceição Gonçalves Souza**
Relator: **Des. Elton M. C. Leme**

APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. QUEDA DE PASSAGEIRA NO INTERIOR DE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA DE ÔNIBUS. PRELIMINAR DE JULGAMENTO *ULTRA PETITA* REJEITADA. DANO MORAL, MATERIAL E ESTÉTICO COMPROVADOS E RAZOAVELMENTE FIXADOS. PENSÃO MENSAL VITALÍCIA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. A responsabilidade do transportador de passageiros é objetiva, fundada na teoria do risco, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. 2. A preliminar de julgamento *ultra petita* não pode prosperar, eis que os valores contemplados na sentença estão aquém dos pleiteados pela autora. 3. A condição de passageira da autora não foi contestada, sendo o nexos de causalidade e os danos decorrentes de traumatismo craniano, com subsequente hérnia cervical discal e incapacidade total e temporária por 365 dias, comprovados por meio do laudo pericial. 4. É razoável o dano moral estabelecido na sentença no valor de R\$ 35.000,00, à medida que a autora precisou ser submetida a dois procedimentos cirúrgicos em razão das lesões resultantes do acidente no coletivo da ré, que deixaram cicatrizes, consubstanciand

dano estético razoavelmente fixado em R\$ 12.000,00. 5. A lesão sofrida pela autora configura redução parcial e permanente ao desempenho de atividade laborativa, apresentando, portanto, caráter vitalício. Assim, a pensão mensal deve ser também vitalícia. 6. Desprovimento do recurso.

ACÓRDÃO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **Apelação Cível nº 0002799-95.2002.8.19.0210**, originários da 1ª Vara Cível Regional da Leopoldina, julgada na sessão de 15/01/2014, em que é apelante **Auto Viação Três Amigos S/A** e apelada **Maria da Conceição Gonçalves Souza**.

ACORDAM os Desembargadores que compõem a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso**, nos termos do voto do relator.

ACÓRDÃO apresentado na data da sessão.

VOTO

Trata-se de ação de responsabilidade civil, em que se postula indenização por danos moral, material e estético em decorrência de lesões a passageira no interior do coletivo da ré.

Não há qualquer fator que exclua a responsabilidade da ré transportadora pelo acidente sofrido pela parte autora. Observe-se qu

responsabilidade do transportador de passageiros é objetiva, fundada na teoria do risco, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. Ademais, o contrato de transporte constitui obrigação de resultado regida pela cláusula de incolumidade, impondo ao transportador a condução e entrega incólume do passageiro no local de destino. Neste sentido destaca a doutrina que *“a não obtenção desse resultado importa o inadimplemento das obrigações assumidas e a responsabilidade pelo dano ocasionado. Não se eximirá da responsabilidade provando apenas ausência de culpa. Incumbe-lhe o ônus de demonstrar que o evento danoso se verificou por culpa exclusiva da vítima, força maior ou ainda por fato exclusivo de terceiro.”* (GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, V. III. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, pag. 461).

O Código Civil de 2002, em seu art. 735, refletindo os termos da Súmula 187 do Supremo Tribunal Federal, reforçou responsabilidade do transportador de pessoas, determinando sua obrigação de indenizar, ainda quando se está diante de fato de terceiro. Dessa forma, para elidir sua responsabilidade pelo evento danoso caberia à ré provar fato exclusivo da vítima ou força maior, o que não logrou à luz do que dispõe o art. 333, II, do CPC.

A condição de passageira da autora não foi contestada, sendo o nexo de causalidade e os danos comprovados pelo laudo pericial.

Inicialmente, a ré se insurge contra a sentença ao argumento de julgamento *ultra petita*, todavia não merece acolhimento.

A autora, no ano de 2002, formulou pedido de danos morais em 150 salários mínimos, traduzindo a época o valor de R\$ 30.000,00 e pedido de danos estéticos em 50 salários mínimos traduzindo a época o va

de R\$ 10.000,00, quando o valor do salário mínimo federal mensal era de R\$ 200,00 (MP 35/2002).

Importante ressaltar que na época do julgamento, no ano de 2012, 150 salários mínimos seria equivalente a R\$ 93.300,00 e 50 salários mínimos seria equivalente a R\$ 31.100,00, pois o valor unitário mensal era de R\$ 622,00.

O magistrado de primeiro grau, na sentença prolatada dez anos depois de distribuída a inicial, condenou a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 35.000,00 e por danos estéticos no valor de R\$ 12.000,00, ou seja, dentro dos parâmetros deduzidos no pedido inicial, incorrendo, assim, julgamento *ultra petita*.

No mérito, requer a ré a redução do valor arbitrado a título de compensação dos danos morais sofridos pela autora em virtude do acidente.

Nesse ponto, não merece reparo a sentença.

Com efeito, o princípio da razoabilidade determina que o valor do dano moral deve guardar proporcionalidade ao fato, redundando logicamente deste, e não deve, em contrapartida, apresentar caráter insignificante em face das características econômicas do causador dos danos e nem constituir fonte de lucro.

Importa salientar que o dano moral em si não é mensurável patrimonialmente, possuindo caráter compensatório, objetivando, na medida do possível, aliviar um pouco a dor daquele que sofreu o ato lesivo.

Assim, considerando o evento e as circunstâncias do acidente, a dor suportada pela autora em razão da lesão física sofrida, especialmente a necessidade de cirurgias, a redução permanente de sua capacidade laborativa na ordem de dez por cento, como apurado pelo Perito e as circunstâncias do acidente, além da condição social da parte autora e a capacidade econômica de ambas as partes, especialmente o porte da empresa ré, considero razoável o dano moral estabelecido na sentença no valor de R\$ 35.000,00, atendendo ao disposto no art. 944 do Código Civil, o que afasta a redução postulada.

Pretende a ré afastar a condenação por danos estéticos. Sustenta que as lesões ali aparentes não têm relação com o evento objeto da presente demanda.

Ocorre porém, que, apesar de a perícia ter constatado outras lesões na coluna que não são decorrentes dos fatos em questão, a autora foi submetida a dois procedimentos cirúrgicos (Artrodese de Coluna) em virtude das lesões resultantes do acidente no coletivo da ré (hérnia de disco), que deixaram cicatrizes, consubstanciando o dano estético.

Confira-se, a respeito, a jurisprudência deste Tribunal de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCEDIMENTO SUMÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. (...) 4- O atual entendimento jurisprudencial é que dano estético é distinto de dano moral e ambos podem ser quantificados conjunta ou separadamente. Como a autora pleiteou indenização por danos extrapatrimoniais decompondo-as em duas verbas autônomas - morais

estéticos - e, in casu, o dano estético pode ser identificado autonomamente (cicatriz no rosto), correta a sentença que os quantificou separadamente e em valor adequado aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 5- Na relação contratual os juros de mora fluem a partir da citação, conforme art. 405 do CC. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (0015454-79.2009.8.19.0202 - APELAÇÃO - DES. MARCIA ALVARENGA - Julgamento: 05/06/2013 - DÉCIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL)

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) O PRÓPRIO JUÍZO VERIFICOU A VISÍVEL CICATRIZ DEIXADA, DE EXTENSÃO RAZOÁVEL, CONFORME CONSIGNADO NA ASSENTADA E NA SENTENÇA. RESSALTE-SE SER DESNECESSÁRIA A PERÍCIA MÉDICA PARA AFERIR O DANO ESTÉTICO VISÍVEL EM SUA EXTENSÃO, HAJA VISTA SER O JUÍZO O DESTINATÁRIO DAS PROVAS, CONSOANTE OS ARTIGOS 130 E 131, AMBOS DO CPC, ATÉ PORQUE CABE APRECIÁ-LAS DE FORMA LIVRE, NÃO ESTANDO ADSTRITO AO LAUDO TÉCNICO. (...) APELO DO RÉU A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (0029452-25.2011.8.19.0209 – APELAÇÃO - DES. ODETE KNAACK DE SOUZA - Julgamento: 15/07/2013)

RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO POR VEÍCULO EM ALTA VELOCIDADE (...) 6. Dano estético configurado, eis que apontado pela perícia a existência de cicatrizes decorrentes do evento, devendo, pois, ser arbitrado. (...) 10. Provimento parcial dos recur.

(0079751-29.2003.8.19.0001 - APELAÇÃO - DES.
HENRIQUE DE ANDRADE FIGUEIRA - Julgamento:
23/05/2012 - DÉCIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL)

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. Acidente de trânsito. (...) Sentença que não merece reparo. Possibilidade de cumulação de indenização por danos morais e danos estéticos. Súmulas nº 387 do STJ e nº 96 do TJERJ. Dano moral in re ipsa. Dano estético proveniente da cicatriz que passou o autor a ostentar sem que desse causa ao acidente. (...) Negativa de seguimento aos recursos, com base no art. 557, caput, do CPC. (0003309-08.2006.8.19.0004 - APELAÇÃO - DES. JUAREZ FOLHES - Julgamento: 18/02/2013 - DÉCIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL)

Importante ressaltar que a possibilidade de cumulação dos danos morais e estéticos é tema há muito pacificado pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro por meio Súmula 96, vindo recentemente o Superior Tribunal de Justiça a sumular a matéria por meio do verbete nº 387.

Quanto ao pensionamento por ato ilícito, este tem previsão legal no art. 950, do Código Civil: “*Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.*”

Quanto ao seu termo final, destituída de plausibilidade a alegação da ré. Com efeito, verifica-se que a lesão sofrida pela autora configura redução parcial e permanente ao desempenho de atividade laborativa, apresentando, pois, caráter vitalício. Salienta-se ainda que a pensão deva ser vitalícia face à impossibilidade de se estimar a data da morte de pessoa viva; por conseguinte, inadequada ao vertente caso a estimativa de vida em 65 anos como causa extintiva da obrigação. O E. Superior Tribunal de Justiça, inclusive, já veiculou no informativo de jurisprudência nº 190 que: “*a jurisprudência desta Corte posiciona-se no sentido de que o pensionamento para a vítima sobrevivente é vitalício*”. Sobre a matéria, destacam-se outros precedentes:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. EVENTO DANOSO QUE CAUSOU REDUÇÃO PERMANENTE NAS ATIVIDADES LABORATIVAS. PENSIONAMENTO VITALÍCIO. PRECEDENTES DESTA CORTE. 1. No que tange ao pedido para limitação do pensionamento, é certo que a jurisprudência deste Sodalício entende que no caso, em que não houve óbito da vítima mas sim redução permanente da capacidade laborativa, inexistente razão para limitar a pensão a ela devida à data em que completar 65 anos. Precedentes. 2. Embargos de declaração acolhidos para tão somente declarar que a obrigação relativa ao pensionamento é vitalícia, ante a perda da capacidade laborativa experimentada em face do evento danoso. (EDcl no REsp 1269274/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 13/03/2013)

(...) 2. *De outra parte, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que deve ser vitalício o pensionamento a que faz jus o trabalhador em virtude da perda de sua capacidade laborativa decorrente de acidente de trabalho. Assim, não pode ser acolhida pretensão da agravante de que o agravado deixe de perceber a pensão mensal ao completar 65 anos de idade.* 3. *Todavia, conforme consignado na decisão agravada, deve ser mantido o termo ad quem do pensionamento fixado no acórdão recorrido (69 anos de idade), porquanto ausente impugnação da parte interessada.* 4. *Agravo regimental a que se nega provimento.* (AgRg no Ag 1130119/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2010, DJe 20/08/2010)

Por fim, não prospera a pretensão da ré de supressão da correção monetária sobre o pensionamento, eis que o mesmo é devido desde setembro de 2002 e uma vez que ainda se encontra pendente de pagamento, necessária a recomposição das perdas monetárias decorrentes do transcurso do tempo, sem prejuízo dos reajustes anuais do salário mínimo.

A incidência de correção monetária e o reajuste anual do salário mínimo são hipóteses diversas e inconfundíveis: no primeiro ocorre uma reposição da perda de valor da moeda quando o valor principal não foi pago no seu vencimento, ao passo que o reajuste anual do salário mínimo aproveita a quem recebe a prestação no tempo devido.

Nessa linha, a autora faz jus ao recebimento de 10% de salário mínimo vigente mensalmente a partir de setembro de 2002

acrescidas de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês, a partir do seu vencimento.

Assim, mantém-se a condenação ao pensionamento nos exatos termos lançados na sentença.

Por tais fundamentos, voto no sentido de **negar provimento ao recurso**, mantendo a doutra sentença recorrida.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2014.

Des. Elton M. C. Leme

Relator